

## **Contribuições do IBP à Consulta Pública da EPE CP nº 002/2025 “Estudo das Tarifas de Escoamento e Processamento para os Sistemas SIE e SIP”**

O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), principal representante das empresas de petróleo e gás natural no Brasil, desempenha papel fundamental no desenvolvimento do setor, sendo referência na promoção de um ambiente regulatório equilibrado e eficiente.

Destacamos que a Consulta Prévia em tela é de suma importância para os Associados do IBP, que incluem tanto proprietários de ativos de escoamento e processamento, como empresas que contratam o acesso a essas infraestruturas.

Portanto, ao longo de nossas contribuições, iremos abordar temas de cunho jurídico, regulatório, econômico e, também, de mercado, relatando todo o histórico desses ativos até o status quo.

### **1. Introdução - Contexto e fundamentação jurídica**

Inicialmente, cumpre tecer algumas ponderações sobre o arcabouço legal e regras de acesso a terceiros às infraestruturas de escoamento e processamento de gás natural que, em conjunto com os terminais de regaseificação, são classificadas como infraestruturas essenciais (Art. 28 da Lei 14.134/2021 - “Nova Lei do Gás”).

Parte-se do ponto de que, no Brasil, no setor de petróleo e gás natural, as competências estão definidas no Art. 177 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (“Constituição da República”), que atribui à União o monopólio sobre atividades como pesquisa, lavra, refino e transporte de petróleo e gás natural. A partir da Emenda Constitucional nº 9/1995, a União pode contratar entes privados para essas atividades, sempre com a regulamentação do órgão competente, neste caso, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Neste contexto, as atividades de processamento e escoamento são atividades de livre iniciativa, enquanto o transporte de gás natural é atividade decorrente de monopólio da União, conforme se depreende pela leitura das competências definidas no Art. 177 da Constituição da República.

A regulamentação dos ativos de escoamento e processamento foi objeto de discussões na ANP, culminando com a publicação da Resolução ANP nº 852/2021, que disciplina a atividade de processamento e das Resoluções ANP nº 17/2015 e 52/2015, que tratam da autorização para construção e operação de gasodutos de escoamento integrantes ou não da concessão, respectivamente. Vale destacar que o escoamento, ainda que em alguns casos não seja integrante da concessão, sempre é tratado no âmbito dos Planos de Desenvolvimento, o que comprova sua característica inerente à atividade de E&P, o que é o caso das 3 rotas de escoamento do pré-sal.

Assim é que nos casos específicos do processamento e do escoamento de gás natural, a legislação infraconstitucional (Lei nº 14.134/2021 ou “Nova Lei do Gás”) definiu os requisitos e o regime de acesso aplicável, sendo que, independentemente da

classificação constitucional da atividade, o Decreto nº 10.712/2021, alterado pelo Decreto nº 12.153/2024, deve ser visto à luz desses parâmetros.

Verifica-se, portanto, que as atividades de processamento e escoamento de gás natural são disciplinadas por capítulo específico da Nova Lei do Gás, que não foi revogada, e essa lei não sujeita essas atividades ao monopólio da União, sendo consideradas atividades de livre iniciativa, no qual todo o risco econômico é assumido pelo proprietário, com regulamentação infraconstitucional específica para garantir acesso e operação adequados.

Tais considerações decorrem diretamente da Constituição da República, que garante a liberdade de iniciativa como um dos seus princípios fundamentais, permitindo o livre exercício de atividades econômicas, exceto quando a lei exigir autorizações específicas. Essas autorizações não implicam em delegação de poder público, mas sim em verificações de requisitos técnicos e de segurança, respeitando-se a proporcionalidade e a razoabilidade, jamais, em qualquer hipótese, garantir qualquer tipo de retorno aos investidores e/ou proprietários.

Nesses termos, não havendo reserva constitucional de competência, a atividade está sujeita às regras gerais da ordem econômica, que protegem a liberdade de iniciativa, exceto em casos de abuso de direito ou necessidade de proteção de outros bens jurídicos constitucionais. A classificação das atividades influencia o controle do Estado sobre a liberdade de iniciativa, abrangendo aspectos como controle de entrada, acesso setorial, controle de preços e transparência. A livre concorrência também é um princípio fundamental da ordem econômica. Desta forma, qualquer agente interessado poderia solicitar a construção e operação desses ativos.

Assim, é importante registrar que o acesso negociado às infraestruturas essenciais (escoamento, processamento e terminais de GNL) não se confunde com o acesso regulado ao transporte dutoviário de gás natural, realizado em gasodutos que são de interesse geral da sociedade, devidamente classificados segundo critérios estabelecidos na esfera federal pela ANP.

Dentro deste contexto jurídico-regulatório, gostaríamos de destacar que o termo “tarifa”, utilizado pela EPE nesta Nota Técnica, não se aplica à cobrança de acesso ao SIE e SIP. Para efeito desta contribuição, manteremos ao longo do texto o termo tarifa quando aplicado a serviço regulado, mas para os locais onde o termo tarifa se refere às atividades de escoamento e processamento exercidas pelo SIE e SIP colocaremos a palavra tarifa entre aspas (“tarifa” ou “tarifas”) ou usaremos os termos de remuneração ou preço.

Por fim, considerando que o acesso ao escoamento e processamento do gás natural se dá na modalidade negociada, conforme a Lei nº 14.134/2021, e que os contratos do SIE e do SIP são privados, entendemos que o uso do mecanismo de consulta pública para estabelecer tarifas para escoamento e processamento é inadequado, uma vez que pode afetar os princípios da preservação dos contratos e da livre iniciativa, promovendo insegurança jurídica e aumentando a percepção de risco para realização de investimentos no país.

## 2. O novo ambiente de negócios estabelecido pela Lei nº 14.134/2021 e os Sistemas Integrados de Escoamento (SIE) e de Processamento (SIP)

### 2.1 Implementação do SIE e do SIP

A aprovação da Nova Lei do Gás, a assinatura do Termo de Cessação de Conduta (TCC) entre Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a Petrobras, e a privatização das transportadoras, criaram as condições necessárias para que novos fornecedores de gás doméstico pudessem acessar o mercado brasileiro e comercializar sua produção.

Para permitir a entrada de novos fornecedores/produtores no mercado brasileiro, foram implementados o Sistema Integrado de Escoamento (SIE) e o Sistema Integrado de Processamento (SIP), sistemas internacionalmente reconhecidos, que destravaram investimentos importantes em gás no país. Em conjunto, a negociação e celebração dos contratos do SIE e do SIP, em outubro de 2020, concretizaram a formação de um sistema robusto e integrado, que desbloqueou a integração de 3 rotas de escoamento da Bacia de Santos, melhorando a confiabilidade do sistema para os ativos upstream e aumentando a capacidade de produção de gás natural no Brasil.

Adicionalmente, cabe registrar que, após a celebração dos contratos do SIE e do SIP, relativos à Bacia de Santos, foram celebrados e entraram em operação contratos com outros produtores para acesso a infraestruturas de escoamento e processamento nos polos de Guamaré, Bacia de Campos, Espírito Santo e no onshore da Bahia. No âmbito da relação comercial entre proprietários e os produtores contratantes, foram celebrados um número significativo de aditivos, demonstrando o claro cumprimento ao acesso não discriminatório e negociado de terceiros interessados. Vale destacar que a própria Lei nº 14.134/2021, ao assegurar o acesso não discriminatório e negociado de terceiros interessados às infraestruturas, determina a elaboração de boas práticas pelos proprietários das instalações, código de conduta e prática de acesso à infraestrutura - os quais foram elaborados e disponibilizados de forma pública e transparente<sup>1</sup>.

Nesse contexto, a entrada de novos *agentes* que acessam essas infraestruturas tem tido impacto positivo na diversificação de agentes na oferta, dando mais competitividade ao gás natural, o que já pode ser observado desde 2022.

### 2.2 O acesso negociado a escoamento e processamento

O acesso negociado às infraestruturas de escoamento e processamento, estabelecido pelo legislador na Nova Lei do Gás, teve como fundamentação um amplo e frutífero debate social que, ancorado no *benchmark* internacional e nas particularidades do mercado de gás natural brasileiro, visou a reforçar a livre iniciativa dos produtores, proprietários de infraestruturas e potenciais terceiros interessados, de conduzir as negociações com independência e flexibilidade, sempre pautadas nos princípios de boa-fé e de não discriminação, e com a devida supervisão da ANP, nos termos da Lei.

---

<sup>1</sup> [Caderno de Boas Práticas do IBP.](#)

Nesse contexto, é transcrito abaixo trecho do Parecer de Plenário ao projeto elaborado pelo deputado Relator, Sr. Laercio Oliveira, no âmbito do debate legislativo sobre a proposta (PL 4476/2020) que culminou na aprovação da Nova Lei do Gás, sobre o acesso negociado às infraestruturas de escoamento e processamento de gás natural:

*“A nova proposição assegura também o acesso não discriminatório e negociado de terceiros interessados aos gasodutos de escoamento da produção, às instalações de tratamento ou processamento de gás natural e aos terminais de GNL. Ademais, contempla mecanismo de independência da atividade de transporte de gás natural e mecanismos de redução da concentração na oferta de gás natural”*

O acesso negociado estabelecido na Nova Lei do Gás buscou, então, fomentar dinamismo ao setor de gás natural e trazer benefícios para toda a sociedade, atraindo investimentos e ampliando o mercado de gás brasileiro. E, ao mesmo tempo que buscou imprimir dinamismo ao mercado, a Nova Lei do Gás teve o cuidado de proteger os direitos do investidor, ao estabelecer o direito de preferência do proprietário, de forma a evitar o surgimento de agentes *free riders* e o risco moral associado do investidor (proprietário) perder acesso à parte da capacidade para os referidos *free riders*.

A Nova Lei do Gás também buscou resguardar as partes envolvidas nas negociações de acesso de eventual posição intransigente de um dos lados durante o processo de negociação, possibilitando a utilização de meios para a solução de controvérsias, dentre os quais a possibilidade de envolvimento da ANP.

Inserindo uma lupa no tema relativo à remuneração do proprietário, objeto da presente Consulta Pública, a Nota Técnica Conjunta nº 07/2024 da ANP, intitulada “Acesso regulado e negociado de terceiros às infraestruturas de gás natural”, publicada em conjunto com o Relatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR) produzido pelo Grupo de Trabalho da ANP, explicita as principais características conceituais que envolvem essas duas modalidades de acesso e ressalta em suas conclusões que, na modalidade de acesso regulado:

- i) a aprovação ou definição prévia, pelo órgão regulador, de receitas máximas permitidas em um determinado período ou das tarifas a serem praticadas pode ser considerado o elemento mais relevante para conceituar e definir a modalidade regulada de acesso; e
- ii) para estabelecimento da tarifa ou da receita máxima permitida, a estrutura de custos deve ser conhecida e definida em detalhes, sendo importante o conhecimento de investimentos realizados (CAPEX), custos operacionais e de manutenção (O&M), dentre outros.

Por sua vez, na modalidade de acesso negociado, em que o terceiro interessado utiliza as infraestruturas do operador:

- iii) os termos e condições, inclusive remunerações, serão negociados entre as partes de forma não discriminatória; e

- iv) para que não haja discriminação e para que os termos, condições e remunerações do ambiente negocial sejam justos e razoáveis, a publicação *ex-ante* das principais condições comerciais é crucial.

Dessa forma, a definição pelo regulador de tarifas a serem praticadas pelos operadores é a principal característica para conceituar e definir a modalidade de acesso regulado, o que não é aplicável ao acesso negociado. Ademais, a definição de receitas máximas ou uma tarifa regulada pressupõem um nível alto de centralização e coordenação pelo regulador e pode resultar em menor eficiência para a sociedade, considerando que os excedentes dos agentes serão definidos por um agente externo, podendo levar a decisões não otimizadas e a resultados não desejáveis, tais como desestímulos a investimentos adicionais em infraestruturas.

Por outro lado, no acesso negociado, a remuneração deve ser resultante de livre negociação, de forma não discriminatória, com base em critérios das partes, que contemplam ainda diversas condições para refletir uma divisão equilibrada dos riscos na relação estabelecida entre os acessantes e o proprietário/operador da infraestrutura, de acordo com a percepção de valor de cada agente, permitindo assim a sinalização adequada e a promoção de investimentos em ativos dessa natureza.

Assim, o escoamento e o processamento de gás natural são atividades privadas, que já nascem na esfera de direitos dos agentes particulares e estão sujeitas ao princípio da livre iniciativa. Nesses casos, a regra é a liberdade econômica, que envolve, dentre outras, (a) a liberdade de tomar decisões econômicas inerentes à atividade de empreender, relacionadas por exemplo à alocação de recursos, à determinação de quantidades produzidas e comercializadas, à liberdade de contratar, e (b) a liberdade de formação de preços por mecanismos de mercado.

Como previamente comentado, a escolha legislativa brasileira foi pelo acesso negociado das infraestruturas de escoamento e processamento, caracterizado pela negociação voluntária e de boa-fé entre as partes, implicando em um maior grau de liberdade para as partes na definição dos termos e condições de acesso. Não cabendo, em um ambiente de acesso negociado, que o órgão regulador aprove ou defina “tarifas” ou receitas máximas.

Sobre a divisão de riscos, cumpre destacar que o acesso regulado com a definição de receita máxima a ser auferida pelo proprietário de infraestrutura transfere riscos para os contratantes, uma vez que estes ficariam expostos aos riscos sistêmicos de contratação e do uso efetivo de capacidade do ativo bem como das variações de custos e da taxa de retorno do negócio.

Finalmente, sobre o contexto das negociações de acesso, cabe registrar que as infraestruturas de escoamento e processamento de gás natural estão voltadas para a movimentação da produção de gás de um determinado agente ou bacia, associadas a um interesse específico, em contraposição ao acesso regulado do transporte de gás natural, pelas seguintes razões:

- **Produto não homogêneo:** a composição físico-química do gás produzido pelos diferentes concessionários varia muito e essa composição implica na concepção dos ativos de escoamento e, principalmente, de processamento.

Isso não ocorre no transporte, em que o gás precisa respeitar a especificação definida pelo órgão regulador.

- **Economias de escala:** embora as economias de escala sejam importantes no processamento e escoamento de gás natural, elas não são tão significativas quanto no transporte de gás natural, em função da possibilidade de fatores locacionais e soluções tecnológicas diretamente relacionadas à qualidade do gás produzido.
- **Diversidade de tecnologias:** o processamento e escoamento de gás natural envolvem diferentes tecnologias e processos, o que permite que empresas diferentes desenvolvam soluções inovadoras e competitivas. Já no transporte de gás natural, o fator tecnológico não tem a mesma relevância, dada a padronização do gás movimentado e os tipos de equipamentos envolvidos na operação (gasodutos e compressão).

Nesse contexto, para cada caso específico, o acesso a eventual capacidade ociosa de infraestruturas existentes irá depender da sua competitividade em relação à viabilidade econômica das alternativas, de modo a viabilizar a realização dos projetos de produção de gás.

### 2.3 Legislação já prevê mecanismos para uma remuneração justa e razoável

O Art. 28 da Nova Lei do Gás reforça de forma objetiva o alcance e os limites impostos pelo conceito das modalidades de acesso, e deve ser observado nos processos de regulamentação do acesso de qualquer infraestrutura de gás natural.

No acesso negociado, o preço, os termos e as condições resultam de um processo de negociação, o qual precisa ocorrer sob determinados critérios e condições para que se garanta que eles, de fato, representem o melhor resultado possível para as partes. Tais condições, critérios e diretrizes são estabelecidos de forma a assegurar que não ocorram ações, por parte do operador/proprietário ou do terceiro interessado, que se configurem como conduta discriminatória ou anticoncorrencial.

Dentre critérios e condições possíveis a serem postas para assegurar que o resultado da negociação seja de fato justo e razoável, podem ser citadas a exigência da prática de tratamento isonômico aos terceiros interessados, remunerações iguais para serviços idênticos, e a vedação ao estabelecimento de condições favoráveis a parceiros comerciais ou agentes coligados ao operador, as quais vêm sendo prontamente observadas pelos proprietários/operador das infraestruturas do SIE e SIP.

A Nova Lei do Gás, inclusive, buscou resguardar as partes envolvidas nas negociações de acesso de eventual posição intransigente de um dos lados durante o processo de negociação, dispondo sobre a utilização de meios para a solução de controvérsias, dentre os quais a possibilidade de envolvimento da ANP. Adicionalmente, qualquer intervenção regulatória só seria justificável, observado o devido processo legal, após a constatação de abuso de poder econômico, ou seja, como medida repressiva e não preventiva, conforme manifestação doutrinária do Ministro Luís Roberto Barroso:



*“Deve-se assinalar, de plano, que o controle prévio de preços é medida própria de dirigismo econômico, e não meio legítimo de disciplina do mercado. A livre fixação de preços integra o conteúdo essencial da livre iniciativa e não pode ser validamente vulnerada, salvo situações extremas que envolvam o próprio colapso no funcionamento do mercado.*

*Diante de tal premissa, é possível assentar que, em situação de normalidade, independentemente dos fundamentos em tese admissíveis para a intervenção disciplinadora, o controle prévio ou a fixação de preços privados pelo Estado configura inconstitucionalidade patente. A Constituição brasileira não admite como política pública regular o controle prévio de preços.*

*Nota-se que a situação de normalidade a que se faz referência aqui não exclui, por natural, a possibilidade episódica da prática de ilícitos contra a ordem econômica. Diante de algum indício de conduta infratora ou anticoncorrencial, podem ser deflagrados os mecanismos próprios de apuração, mediante devido processo legal, e, se for o caso, de punição. Em situações normais, o controle estatal em matéria de preços de produtos e serviços será sempre posterior à verificação de práticas abusivas ou anticoncorrenciais, assegurados os direitos fundamentais à ampla defesa e ao devido processo legal (CF, art. 5º, LIV).”<sup>2</sup>*

Por fim, a conclusão de que os custos de escoamento e processamento são excessivos parte de premissas que carecem de correções. Vale destacar que a própria EPE reconhece no estudo em consulta pública que “*parte relevante das informações oficiais para o cálculo das variáveis não está disponível publicamente*” e, portanto, os resultados devem ser analisados com cautela. Não obstante o mérito da tentativa, é inerente a dificuldade de compartilhamento de informações comercialmente sensíveis, exatamente por se tratar uma atividade privada. Conclusões, como a de que os custos para acesso ao SIE e SIP são excessivos e desproporcionais, não se mostram reais ao realizar a correção de algumas das premissas do estudo.

### 3. Comentários sobre a Metodologia apresentada na Consulta Pública

Não obstante a escolha legislativa brasileira pelo acesso negociado das infraestruturas de escoamento e processamento de gás, a fim de contribuir e promover o diálogo, de modo conceitual, sobre o modelo proposto na Nota Técnica, indicamos as questões importantes que poderiam ser consideradas nessa metodologia para que esteja mais próxima às avaliações econômicas utilizadas pelos agentes no acesso negociado em questão.

#### 3.1 Inaplicabilidade do conceito de Base Regulatório de Ativos (BRA) no acesso negociado

Um primeiro comentário é sobre o conceito de Base Regulatória de Ativos (BRA) utilizado na Nota Técnica para se referir aos investimentos realizados em ativos, físicos ou intangíveis se aplica à definição de receita máxima e tarifas reguladas, e

---

<sup>2</sup> Barroso, Luis Roberto. A ordem econômica constitucional e os limites à atuação estatal no controle de preços. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 226, p. 208, out./dez. 2001.

não ao acesso negociado às infraestruturas de escoamento e processamento nos termos da Nova Lei do Gás. Como já colocado anteriormente, entendemos que a legislação em vigor determina que o regime de acesso às infraestruturas de escoamento e processamento é pelo acesso negociado, não estando sujeito à aprovação de preços ou receitas máximas pelo regulador.

### **3.2 Fluxo de Caixa Descontado (FCD) como opção mais adequada**

É importante ressaltar que a prática comum das empresas para avaliações de investimento e de precificação é o Fluxo de Caixa Descontado (FCD), pois ambas as decisões são similares em termos econômicos. Entretanto, entendemos que tanto o FCD quanto do Fluxo de Caixa Projetado (FCP), propostos pela Nota Técnica, podem ser ferramentas válidas a serem utilizadas pelos agentes no âmbito das negociações do acesso às infraestruturas de processamento e escoamento. Nesse contexto, apresentamos, na sequência da presente contribuição, alguns comentários gerais sobre as metodologias.

Os modelos de FCD e FCP são similares no âmbito de alocação de riscos e remuneração do proprietário. Sua principal diferença, conforme destacado na Nota Técnica, decorre da alocação mais rápida, no modelo de FCP, de variações de seus componentes, pois pressupõe revisões anuais do preço, o que demandaria maior coordenação dos agentes para negociar e acordar anualmente as variações no CAPEX, TMA e demais variáveis. Adicionalmente, a possibilidade de um cálculo de um novo preço para cada ano, como previsto no FCP, traria uma menor previsibilidade de custos, gerando incertezas na atuação dos agentes no mercado de gás natural e derivados líquidos, como o Gás Liquefeito do Petróleo (GLP).

Nesse sentido, o FCD permite maior flexibilidade para os agentes estabelecerem o prazo mais adequado para revisão ou até mesmo nenhuma revisão, se esse for o melhor interesse das partes, dado que os investidores de ativos de produção em águas profundas priorizam a previsibilidade para fundamentar suas decisões de investimento, cujo perfil é de retorno em longo-prazo. Logo, a utilização de metodologia que adicione incerteza às avaliações de investimento desencorajaria o desenvolvimento de nova oferta de gás.

Sobre incentivos, vale colocar que uma metodologia que tende a apresentar curva decrescente de preço penalizaria o produtor de gás que viesse a acessar primeiro em uma infraestrutura, mais uma vez trazendo efeito contrário ao fomento do desenvolvimento de novas fontes de oferta de gás ao mercado, como também penalizando quem tomou o risco para construção da infraestrutura, em sentido oposto aos pilares constitucionais da livre iniciativa e livre concorrência.

É importante destacar que, independentemente do modelo utilizado, FCD ou FCP, o risco sistêmico de contratação de capacidade e seus efeitos no preço devem ser adequadamente considerados nas negociações. Considerando que a estratégia de contratação deve ser definida por cada agente, no contexto do acesso negociado e previsibilidade para tomada de decisão de investimento de longo prazo, os contratantes podem optar por celebrar contratos de longo prazo, cobrindo toda sua capacidade de escoamento prevista, ou de menor prazo, minimizando a capacidade contratada. Dessa forma, uma metodologia que não garanta que a contratação de



capacidade ocorrerá na quantidade ou velocidade projetadas no momento de sua definição, poderá impactar o preço unitário dos agentes que estão contratados, diminuindo de forma relevante sua previsibilidade de custos.

Nesse contexto, a estratégia de contratação de cada produtor está associada ao risco de produção o qual está presente em diversas situações, tais como (i) na contratação de capacidade para projetos em fase pré-FID (projetos em fase de avaliação de viabilidade) que precisam compatibilizar a decisão de conceito e a garantia de acesso ainda que antes da decisão final de investimento e; (ii) na definição da curva de curto prazo de contratação, onde há menor incerteza, versus a garantia de capacidade no longo prazo.

### **3.3 Considerações na metodologia para que esteja mais próxima às avaliações econômicas utilizadas pelos agentes no acesso negociado**

Adicionalmente, a utilização isolada de critérios de amortização, ou outro tipo de avaliação contábil sobre o uso do ativo, é aplicável ao acesso regulado à infraestrutura, como no caso do transporte ou distribuição de gás natural, regulados, respectivamente, nas esferas federal e estadual. No acesso negociado, tais critérios são utilizados no contexto da percepção de valor dos agentes.

As seguintes questões poderiam ser consideradas nessa metodologia para que esteja mais próxima às avaliações econômicas utilizadas pelos agentes no acesso negociado:

- a) Separação dos conceitos de Depreciação e Amortização dos Investimentos:
  - i. *Depreciação* poderia ser considerada apenas para efeitos tributários no fluxo;
  - ii. *Amortização de Investimentos* poderia ser aplicada para considerar o horizonte de uso da infraestrutura ou do próprio caso concreto do investimento.
- b) Utilização do USD (dólares americanos) em vez de BRL (reais brasileiros), tendo em vista que o negócio de óleo e gás usa, como moeda de referência, o dólar e considerando ainda a natureza de dispêndio do CAPEX e monetização atrelada a benchmarks internacionais.
- c) Incorporação dos prêmios de riscos do negócio no cálculo da WACC, além da composição de capital da empresa.
- d) Substituição do conceito de Reinvestimentos para o conceito de Variação do CAPEX, incluindo investimento em novas unidades, investimentos em manutenção, programadas ou não, e investimento em imobilização em curso, ou seja, durante a fase de construção do ativo.
- e) Incorporação da Variação do CAPEX na composição da base de remuneração do período de referência de revisão do preço.
- f) Inclusão da remuneração do Capital de Giro necessário para operacionalização dos negócios, apurando essa necessidade de capital aplicado pelos agentes.

- g) Inclusão das Despesas Extraordinárias, impactos de mudanças regulatórias, entre outros, refletindo gastos não operacionais, mas decorrentes do negócio.
- h) Criação de uma Conta Ajuste que busque garantir a compensação, no período seguinte, de diferenças entre projeções e realizações de todas as variáveis, incluindo desvios de inflação.

### **3.4 Disponibilização das planilhas completas**

Por fim, cabe pontuar que, mesmo tendo sido dada disponibilidade dos modelos utilizados sob formas de planilhas, o que deixa transparente como foram feitos os cálculos, seria relevante que os dados utilizados também fossem publicizados, para que se tivesse um melhor entendimento de como foram alcançados os resultados apresentados.

## **4. Conclusão**

Reconhecemos a importância da presente Consulta Pública por promover um debate importante sobre a caminho para um mercado de gás natural mais competitivo e eficiente no Brasil.

O IBP possui associados presentes em diversos elos da cadeia (produtores, escoadores, comercializadores, carregadores e consumidores) e tem se colocado como um dos grandes incentivadores de um mercado de gás natural aberto e competitivo, dentro de um contexto de regras estáveis e segurança jurídica. Buscamos sempre contribuir com os esforços do Poder Público que buscam o fomento ao mercado, como é o caso do Gás para Empregar.

Nossos associados investem bilhões de dólares neste segmento, vide a recente aprovação do Campo de Raia, com FID de aproximadamente US\$ 9 bilhões, e o início das operações do Rota 3, projetos que irão disponibilizar uma grande oferta adicional de gás natural.

Alterar essa lógica de mercado não irá aumentar a oferta de gás natural, pelo contrário, poderá inclusive prejudicar a aprovação de projetos que estão em fase final de aprovação.

Reconhecemos que o governo é peça fundamental no desenvolvimento do nosso setor, através da implementação de políticas públicas que incentivem o desenvolvimento de novas descobertas e, também, na construção do melhor arcabouço tributário para o nosso setor, considerando toda a importância do gás natural para o desenvolvimento do país, gerando emprego e renda, e contribuindo para uma transição energética justa, acessível e segura.